



Relatório INSP-2019-0049

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 09/04/2019 **Hora:** 9:50 **Tipo:** Ação Direta

Âmbito: Integral **Origem:** Inspeção programada **Motivo:** Iniciativa

Plano: 5 - Indústria alimentar e das bebidas

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Outros participantes de entidades oficiais:

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades.

No local foi contactado o Sr. Paulo César da Silva Areias, Técnico de Qualidade Alimentar, a Sr.ª Sara Dias Meneses de Lima, Médica Veterinária e a Sr.ª Mariana Baldaya Neves da Câmara de Rego Botelho, Diretora de Produção.

Foi realizada uma ação inspetiva em 2011-09-16, da qual resultou o relatório INSP-TER/2011/189, de 21 de agosto de 2012.

Foi realizada uma visita às instalações, foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente separação e encaminhamento de resíduos, águas residuais, emissões atmosféricas e deteção de fugas em equipamentos de frio.

A inspeção incidiu nos aspetos ambientais constantes dos capítulos do presente relatório a seguir assinalados:

- ☒ 3 – Água de consumo
- ☒ 4 – Águas residuais
- ☒ 5 – Resíduos
- ☐ 6 – Substâncias perigosas
- ☒ 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera
- ☐ 8 – Ruído
- ☒ 9 – Regimes específicos
- ☒ 10 – Prevenção e controlo de roedores invasores e comensais

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Açoraves - Produção, Comercialização e Abate de Aves, S.A. **NIPC/NIF:** 512081280

Sede/morada: Rua do Pico Redondo, nº 145



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Código Postal: 9700-211 **Freguesia:** São Bento
Concelho: Angra do Heroísmo **Ilha:** Ilha Terceira
Telefone: 295 542 230 **e-mail:** acoraves@sapo.pt
Representante: Francisco Gabriel Meneses de Lima
Cargo: Presidente do Conselho de Administração

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Centro de abate, desmancha e distribuição
Endereço: Parque Industrial da Ilha Terceira, Lotes 37/39
Código Postal: 9760-106 **Freguesia:** Cabo da Praia
Concelho: Praia da Vitória **Ilha:** Ilha Terceira
Responsável do estabelecimento: Mariana Baldaya Neves da Câmara de Rego Botelho
Cargo: Diretora de Produção
Telefone: 295 542 232 **e-mail:** acoraves@sapo.pt
CAE Principal: 10 120- Abate de aves (produção de carne) **CAE's Secundários** 10 100;
01 470;
10 893.
Período de funcionamento: Das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas
Licenciamento da atividade: Alvará de Utilização nº 285/2005, de 21 de dezembro. Autorização de Laboração Classe "B", de 9-10-2008.
Coordenadas UTM: X: 495 484 m Y: 4 284 161 m (Sistema de Referência – WGS84, zona 26)



Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado.



2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O estabelecimento é composto por um matadouro, sala de desmancha e várias câmaras de frio e/ou de congelação. No local faz-se o abate de aves e coelhos e a desmancha e distribuição de aves. Abate aves às segundas, quartas e sextas feiras e coelhos a particulares às sextas feiras.

Na área de desmancha, faz-se o processamento de carcaças de frango e o embalamento das várias peças de frango.

O estabelecimento tem várias câmaras de frio/congelação, para conservação e congelamento do produto acabado.

Na área técnica existem vários compressores de gases criogénicos, uma caldeira a GPL e ETARI apenas com tratamento primário, antes de descarga na ETARI do IAMA.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (captação sujeita a título de utilização).	n.º 1, art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
g) Outras condições impostas pela licença/autorização	TURH	Não aplicável	

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	WC, refeitório	---	Sistema público de drenagem
<input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	Linha de abate e transformação de carne	ETARI só com tratamento primário	Outro

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	A empresa descarrega as águas residuais domésticas (provenientes dos WC, balneários e refeitório) no sistema de drenagem da AGESPI. A empresa descarrega as águas residuais industriais, provenientes da unidade industrial de abate e desmancha de aves e coelhos no sistema de tratamento de águas residuais do matadouro da ilha Terceira pertencente ao IAMA, após sofrer um tratamento primário nas suas instalações. Esta descarga foi objeto de protocolo celebrado a 11 de janeiro de 2012, entre Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas e a Açoraves-Produção, Comercialização e Abate de Aves, S.A..
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (descargas em águas de superfície ou subterrâneas que requeiram licenciamento).	n.º 1, art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
h) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Quando faz limpeza das lama depositados nos tanques, encaminha para a TERAMB.
i) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
j) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

Fotos:



Foto 1 - ETARI – Tratamento primário



Foto 2 – Depósito de lamas



5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos			
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	ETAR	Operador de gestão de resíduos	TERAMB
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Escritório, refeitório, WC e salas de desmancha.	Entidade de recolha de resíduos	Praia Ambiente

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Não faz a separação eficiente dos resíduos por tipologias. Encaminha papel misturado com plástico, não tem contentores diferenciados no refeitório, pelo que os resíduos são todos misturados, nomeadamente papel, plástico, ECAL, vidro e resíduos orgânicos.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Encaminha todos os resíduos para a TERAMB e Praia Ambiente.
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art.º 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art.º 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Não produz resíduos não urbanos, nem excede um volume diário de 1100 l ou 250 kg.
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Não submeteu mapa de 2018. Deixou de estar obrigado a estar inscrito no SRIR.
m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art.º 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Embalador nº EMB/0012165, certificado nº 2019/0001362.
n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art.º 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

Fotos:



Foto 3 – Mistura de resíduos



Foto 4 - Mistura de resíduos

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Principais substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Substância / Mistura	Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Contexto de utilização

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art.º 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art.º 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art.º 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art.º 36.º REACH	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art.º 8º DL 293/2009	Não aplicável	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art.º 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art.º 37.º REACH	Não aplicável	
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art.º 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Caldeira para aquecimento de água - butano	Pontual	Atividade industrial	Sem tratamento

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art.º 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art.º 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art.º 53.º DLR 32/2012/A	Não cumprido	Não fez monitorizações (Potên. max. 350 kW)
d) Cumprimento do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art.º 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental no prazo determinado e contendo a informação aplicável.	Art.º 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	Não tem resultados para comunicar.
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art.º 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	Não existem valores para verificar.
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art.º 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art.º 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não verificado	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Fotos:



Foto 5 – Característica do queimador



Foto 6 – Característica da caldeira

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases fluorados em quantidades iguais ou superiores a 5 toneladas equivalentes de CO₂ (TECO₂):

Equipamento	TECO ₂	Tipo de equipamento	Tipo de gás
Câmara de refrigeração - DWM COPLAND - DLLP - 40X – EWL (11055345M)	76,47 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Câmara de acondicionados - DWM COPLAND - DLSGP - 40X – EWL (2273015)	76,47 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Câmara de congelação 2 - DWM COPLAND - DLSGP - 40X – EWL (10G070949M)	76,47 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Câmara de congelação 3 - DWM COPLAND - DLLP - 40X – EWL (2136263)	76,47 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Sistema de climatização - DWM COPLAND - D3DS5 - 150XH - AWM/D (2133465)	176,47 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Túnel de congelação - BITZER - 4L - 30.2 (15630963)	176,47 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Túnel de refrigeração - BITZER - 4L - 30.2Y - 40P (1672402442)	294,12 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Túnel de refrigeração - DWM COPLAND - D4SJ1 - 300X - AWM/D (04K29716)	294,12 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Sala de embalagem - DORIN - H280 CC (03040200C)	18,82 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Câmara de congelados grande - FRASCOLD - 0533.1Y – 1000 (OP001158)	50,59 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Sala de expedição - FRASCOLD – MODA1.5-7Y (OS001229)	16,76 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-449A
Sala de temperados - FRASCOLD – A07-5Y (OS001176)	11,18 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-449A
Corredor - FRASCOLD – A16Y (A8000202)	19,22 Ton.	Equipamento de refrigeração fixo	R-404A
Carrinha de congelados - VATNA 200 B (VC341004)	23,53 Ton.	Unidade de refrigeração de camiões e reboques refrigerados	R-404A

7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa

Relativamente a equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	n.º 3, art. 5.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
b) Verificação para deteção de fugas realizada por técnicos certificados.	Art.º 13.º DL 145/2017	Cumprido	Marco Charamba – FLU – 0781; Ricardo Dutra – FLU – 0636; Praiotel, Lda. – SAC 0680/2015.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art.º 6.º Reg. CE 517/2014	Não cumprido	Não tem um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.
d) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade competente, até 31 de março de cada ano.	n.º 1, art.º 5.º DL 145/2017	Não cumprido	Não fez a comunicação à APA, até 31 de março de 2019.
e) Comunicação de dados de compra e venda de gases fluorados à autoridade competente, até 30 de junho de cada ano	n.º 2, art.º 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
f) Estabelecer e manter registos de dados de compra e venda de gases fluorados com efeito de estufa	Art.º 6.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados em recipientes, equipamentos e sistemas em fim de vida	Art.º 19.º e 20.º DL 145/2017	Não aplicável	
h) Registo das intervenções técnicas em recipientes e equipamentos que contêm gases fluorados	Art.º 21.º DL 145/2017	Cumprido	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art.º 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art.º 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art.º 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art.º 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS):

Equipamento	Tipo de equipamento	Tipo de gás	Situação do equipamento



8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona Industrial	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	Não sujeita a avaliação de impacte ambiental.
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	

9 – Regimes específicos

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental, CELE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
f) Responsabilidade ambiental – constituição de garantia financeira válida (atividade abrangida pelo n.º 1 do anexo III do DL 147/2008)	Art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
g) Prevenção e controlo de roedores invasores e comensais (implementação de um plano de controlo de roedores)	Art.º 6 DLR 31/2010/A	Cumprido	Contrato com a Terceira Farma Lda. O Plano deve ser atualizado com as FDS atualizadas e com o certificado do operador

10 – Infrações/irregularidades detetadas

10.1 – Infrações/irregularidades detetadas

Foram detetadas as seguintes infrações/situações irregulares:

- Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional



- n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- b) O incumprimento da obrigação de autocontrolo (efluente gasoso da caldeira), em violação do disposto no artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º, do diploma citado;
- c) O incumprimento de estabelecer e manter um registo atualizado dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa em violação do disposto no artigo 6º do Regulamento (CE) nº 517/2014 de 16 de abril;
- d) O Incumprimento da obrigação de comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 31 de março, os dados relativos ao ano civil anterior sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do diploma citado.

11 – Indicações e medidas adotadas

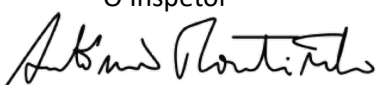
11.1 – Foram adotadas as seguintes medidas:

Notificação da empresa para proceder à regularização das infrações detetadas, nos seguintes termos:

- 1) Implementar medidas que permitam a separação de todas as tipologias de resíduos produzidas, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente pela disponibilização de contentores que permitam proceder à separação por tipologias de resíduos;
- 2) Proceder ao autocontrolo do efluente gasoso proveniente da caldeira, e enviar os dados à Direção Regional do Ambiente;
- 3) Elaborar e manter um registo atualizado, dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa, podendo utilizar a folha de excel disponibilizada pela Direção Regional do Ambiente (DRA) (http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/livres/Eq_Ref_AC_BC.htm);
- 4) Passar a comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 31 de março, os dados relativos ao ano civil anterior, sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas na sua instalação (<https://formularios.apambiente.pt/gasesf/>). Relativamente ao ano de 2018, deverá enviar à Direção Regional do Ambiente (gfee.dra@azores.gov.pt), a folha de excel disponibilizada pela DRA, devidamente preenchida.

Angra do Heroísmo, 16 de maio de 2019

O Inspetor


(António Manuel Rodrigues Moutinho)